

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA CIÊNCIA PSICOLÓGICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SUBJETIVIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Rafael Bianchi Silva¹

Jéssica Paula da Silva Mendes²

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo percorrer historicamente o caminho de consolidação da Psicologia Científica. Partindo da sistemática cartesiana, em momento de inauguração da Idade Moderna, observa-se a instauração das normativas modernas que, mais tarde, foram radicalizadas pelas ciências, inclusive pela Psicologia, estabelecendo um caráter disciplinador em suas práxis. Ao longo do texto, é debatido o problema da objetividade científica para a operacionalização da ciência psicológica, e suas implicações ético-políticas, buscando compreender a maneira pela qual a Psicologia delineou a subjetividade em função de seu anseio por legitimidade científica e as implicações desta tendência na subjetividade contemporânea. Como resultado, a contemporaneidade revela uma ciência psicológica ainda circunscrita em um projeto científico defasado, que restringe suas possibilidades de intervenção à materialidade de práticas e resultados, e faz com que o objeto a ser investigado se torne produto desta mesma ciência.

Palavras-chave: Psicologia Científica, Modernidade, Subjetividade Contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo investigar o percurso histórico de consolidação da Psicologia Científica a partir da Modernidade e as influências epistemológicas que, desde então, marcam a subjetividade contemporânea, cristalizada em meio ao capitalismo e suas leis de mercado.

Uma vez que a Revolução Científica foi um marco importante para o esquadramento das práticas científicas contemporâneas, faz-se importante o levantamento histórico do movimento de separação entre a ciência e a filosofia, processo que deu forma às práticas psicológicas que se desenvolveram a partir de então. Tais práticas exerceram e ainda exercem influência nos modos de vida eleitos pelo homem na contemporaneidade e revelam uma ciência que está muito além do

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho de Marília, SP. Professor da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, Londrina, PR, Brasil E-mail: tibx211@yahoo.com.br

² Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Psicóloga na Defensoria Pública do Estado do Paraná, Umuarama, PR E-mail: jmendes.psicologia@live.com

conhecimento organizado e instrumentalizado, configurando-se como uma instituição reguladora ao fornecer as verdades sobre a vida.

Desta maneira, buscamos discutir o modelo de subjetividade delineada pela Psicologia em função do seu anseio por legitimidade científica. Partindo da sistemática cartesiana, em momento de inauguração da Idade Moderna, este ensaio percorre o caminho histórico de instauração das normativas modernas que, mais tarde, foram radicalizadas pelas ciências, inclusive pela Psicologia, estabelecendo o caráter disciplinador de sua *práxis*.

Na primeira seção, discutiremos a consolidação da Psicologia Científica a partir da Revolução Científica ao final do séc. XVI, início do séc. XVII. Em seguida, buscaremos refletir acerca das influências que o pensamento cartesiano exerceu e continua exercendo nas práticas psicológicas, sobre as quais se cristaliza a subjetividade moderna. Posteriormente, nossas reflexões investigam as implicações ético-políticas da Psicologia em sua busca por legitimidade científica, principalmente em decorrência do problema epistemológico que a separa de seu objeto de estudo.

2 A PSICOLOGIA CIENTÍFICA

A partir do século XVII, com a emergência da Revolução Científica, ocorre a disseminação de novas formas de como atingir um conhecimento considerado real a partir de critérios de validação previamente determinados, o que gerou uma série de impactos no que diz respeito à construção de métodos de alcançá-lo. Acreditamos que o entendimento dos fundamentos básicos da ciência moderna seja suficiente para compreender parte de seu percurso como movimento que interferiu diretamente na construção de uma ciência psicológica, ao balizar suas diretrizes até o momento presente.

Segundo Martins (1999), a resposta para a pergunta “o que é ciência?” poderia ser dada a partir de três perspectivas essencialmente distintas entre si: uma perspectiva empírica, que abarca a historicidade da ciência; outra de tipo normativo, que busca descrever o que a ciência deve ser e, por último, uma reflexão analítica, que se questiona acerca daquilo que a ciência poderia ser.

Santos (2008, p. 29), por sua vez, nos diz que a ciência trata-se de “um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz das regularidades

observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos”. Para além disso, pontua que a ciência moderna buscou no quantificável o fundamento para aquilo que passou considerar como relevante (em termos de objeto e conhecimento deste derivado).

Neste aspecto, a ciência esteve constantemente em busca da demarcação entre aquilo que deveria ou não ser considerado científico, ou seja, caminhando em função da necessidade de normatizar para não cair no relativismo absoluto (MARTINS, 1999).

De posse do conhecimento considerado verdadeiro – aquele de conteúdo e forma mensuráveis – a ciência propôs teorias gerais que visavam a previsão e controle acerca dos fenômenos da vida. Segundo Castañon (2009), tomar essa modalidade de conhecimento como possível significa aceitar:

[...] uma série de crenças mais básicas, de pressupostos filosóficos, sem os quais tal tipo de atividade e tal tipo de produto (leis naturais explicativas, descritivas e preditivas) não seriam possíveis. Eles são no mínimo cinco. O primeiro é a crença de que o objeto de investigação e algumas de suas características existem independentemente da mente do observador, a isto se denominará realismo ontológico. O segundo é a crença na estabilidade, pelo menos em alguns de seus aspectos, do objeto que se estuda, a isto se denominará princípio da regularidade do objeto; o terceiro é a crença de que através do método adequado, podemos vir a conhecer algo sobre o objeto, a isto se referirá como otimismo epistemológico; o quarto é a assunção das leis básicas da lógica clássica na formulação de argumentos válidos, os pressupostos lógicos, e, por último e não menos importante, a crença de que podemos representar adequada e estavelmente o mundo através da linguagem, a isto se denominará aqui, representacionismo. (p. 22-23)

Vê-se a partir desta prerrogativa moderna uma tendência em atribuir mais ou menos valor científico a determinado conhecimento quando submetido a instrumentos de medida. Legitima-se um certo *know-how* e a possibilidade de realização de experimentos controlados ao se relacionar hipótese, ideia ou teoria científica integrada a outras partes da ciência (MARTINS, 1999).

Tomando esses elementos como ponto de partida, consideramos duas problemáticas para a Psicologia, observadas a partir da concepção da ciência em sua forma empirista. A primeira diz respeito à sua incapacidade em adequar-se às normas das ciências duras (como a química e a física, por exemplo), produzindo leis que obedecessem os princípios descritos acima, seguindo a lógica do realismo ontológico. A segunda problemática refere-se à relevância dos fundamentos científicos para as práticas psicológicas.

Ao percorrer as rotas traçadas pelo projeto da Revolução Científica, a Psicologia se viu paradoxalmente obrigada a realizar dois trajetos que se mostram contraditórios em sua execução. Ao mesmo tempo em que precisava buscar garantir seu status de ciência – e com isso a execução das normas científicas para a legitimação de sua teoria e prática –, a Psicologia precisou ser leal em relação ao seu objeto de estudo – o que exigiu o distanciamento de uma busca ao absoluto em detrimento da diversidade imanente ao homem – o que a levou ao campo da pluralidade.

A prática científica, qualquer que seja sua natureza particular e seus procedimentos específicos, empenha-se em tornar inteligível para o homem um domínio da sua experiência. No caso das ciências naturais a procura da inteligibilidade repousa na crença numa ordem natural, vale dizer, ordem natural independente de cada um dos sujeitos que a experimentam. (FIGUEIREDO, 2008, p. 43)

Nos dizeres de Japiassu (1975), toda teoria científica não passa de uma hipótese provisória e, por isso mesmo, o seu critério de verdade não está em sua certeza, mas na provável superação futura de seus preceitos. O método científico mostra-se deficitário quando, para analisar, observar ou registrar fenômenos, tende naturalmente a estagná-lo em um dado tempo/espço, bem como delimitá-lo à uma forma. A Psicologia que, por sua vez, em sua versão clássica, teria como missão o controle e a previsão para conformar-se às exigências da ciência, é desafiada a ser efetiva no domínio da subjetividade em toda a sua mobilidade constituinte.

Santos (1989) nos diz que a Psicologia é herdeira deste impasse que surge a partir da dogmatização da ciência, afinal

[...] por não alcançar unidade, a psicologia não se constitui como ciência e, conseqüentemente, que não se pode fazer, quer epistemologia da ciência psicológica, quer história da ciência psicológica. Sob esse ponto de vista, a história da psicologia não pertence ao gênero história da ciência [...]. A história da psicologia como história de culturas filosóficas é história de tradições de pensamento filosófico. (SANTOS, 1989, p. 199-200)

Logo, mergulhar na historicidade da Psicologia implica refleti-la também a partir de sua irmã mais velha, Filosofia. Por conseguinte, adentrar na Filosofia como ensejo histórico da ciência psicológica nos remete a René Descartes, no período que corresponde à transição do Renascimento à Idade Moderna (COSTA, 2014).

3 O PENSAMENTO CARTESIANO E A SUBJETIVIDADE MODERNA

Nesta seção trataremos daquilo que compete à Psicologia enquanto campo de conhecimento que possui íntima relação com o pensamento cartesiano. Estamos cientes de que Descartes não foi o único pensador que contribuiu na construção do projeto de ciência moderna e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da ciência psicológica. Porém, acreditamos que este autor tenha alcançado uma sistemática em sua Filosofia que contém em si a instauração de normas que acabaram sendo radicalizadas por outras áreas do conhecimento e, em especial, pela Psicologia.

A partir do intuito de encontrar bases sólidas que fossem capazes de sustentar o projeto moderno, o projeto cartesiano foi ganhando forma. Descartes apostou naquilo que lhe parecia novo e que potencialmente poderia conduzi-lo ao que chamou de conhecimento verdadeiro, alcançado através da razão do eu pensante: “o pilar do novo saber filosófico e científico é a consciência racional” e, portanto, todos os ramos do conhecimento, apoiam-se na “ideia sólida de um eu capaz de dominar, pelo uso correto da razão, qualquer tipo de fenômeno” (COSTA, 2014, p. 969).

Na lógica cartesiana, a “alma pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo, e até mais fácil de conhecer que ele e, mesmo se o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo que é” (DESCARTES, 1637/1996, p. 39). Acrescenta ainda o autor que “[...] as maiores almas são capazes dos maiores vícios, tanto quanto das maiores virtudes, e os que só andam muito lentamente podem avançar muito mais, se seguirem sempre o caminho reto, do que aqueles que correm e dele se distanciam” (p. 65).

Descartes parece trazer intrínseca à concepção de alma certa formatação normativa sobre como o homem deverá apropriar-se desta razão vista como virtude. Sobre essa questão afirma Costa (2014, p. 968):

Portanto o homem, possuidor do livre-arbítrio, se encontra diante da possibilidade de buscar por sua conta a verdade e o conhecimento garantidos por Deus, e se não o faz é por razão ou da falta de um método seguro, ou do domínio da vontade frente à razão, que segundo o trecho “a luz natural” garante que deve ser seguida. É no domínio da vontade pela razão que o homem evita o erro e afirma, outra vez mais, a sua essência de “coisa que pensa”. Em suma, o homem possui todas as capacidades internas necessárias para descobrir o caminho certo, mas se não o encontra

cabe a si mesmo a culpa pelo fracasso, pois demonstra com isso que não sabe utilizar suas faculdades internas para encontrá-la.

A partir disso, emerge “o sujeito cartesiano extirpado de seu corpo e identificado com a consciência abstrata e autocontida” (COSTA; FONSECA, 2008, p. 515). O grande paradoxo contido no pensamento de Descartes repousa na subjetividade fundada, passível de investigação e ao mesmo tempo liberta, ao passo que será inventada via *res cogitans* (sujeito pensante), garantindo a possibilidade de pensar o homem para além da determinação da *res extensa* (matéria).

O dualismo *res cogitans* e *res extensa* fragmentou o homem – mente e corpo – ao mesmo tempo em que o empoderou. Tendo o pensamento como única certeza do ser, o homem, “esta substância pensante, dotada de mente e corpo é capaz de tornar toda obscuridade oriunda das percepções sensíveis em ideias claras e distintas” (ANDRADE, 2009, p. 134). Segundo os pressupostos cartesianos, aquilo que é dotado apenas de corpo caracteriza as máquinas puras, e o que humaniza o homem é sua alma pensante. Poderíamos supor que tal perspectiva acaba por difundir a confiança no homem e no seu poder de racionalização.

Segundo Moreira e Silveira (2011), como produtor de verdades universais, o sujeito deparou-se com o princípio de sua identidade justaposta à razão, tido como aquele que significa e atribui sentido ao objeto, e, portanto, o domina. Assim, para falarmos em subjetividade moderna antes de tudo, é preciso refleti-la a partir do sujeito sob “domínio dos discursos ocidentais modernos” (FILHO; MARTINS, 2007, p. 14).

Compreender tal dimensão pressupõe o entendimento da subjetividade enquanto unidade, centrada em um eu conhecedor, capaz de “forjar uma identidade consigo mesmo” fazendo com que o sujeito seja o ponto de partida do conhecimento ao “promover a certeza pela razão” (BRITO, 2012, p. 4).

Por seu turno, o nascimento da ciência psicológica viabilizou, por meio de seus instrumentos metodológicos, o estudo e – a modernidade acreditou ser consequente a isto – o domínio do sujeito empírico. Mas este controle só seria possível com a redução da subjetividade a uma unidade sintética, ou seja, em um eu. Sendo assim, as “concepções psicológicas apontariam para um núcleo, um centro da consciência, da personalidade, da identidade, que pressupõe certa regularidade, previsibilidade e permanência” (FILHO; MARTINS, 2007, p.16).

Se a razão foi tomada como a principal ferramenta de emancipação do homem, qualquer coisa que pudesse lhe escapar ao domínio racional passa a ser encarado como um mal a ser combatido. Para aqueles que “viam na razão a condição humana por excelência”, enxergavam nas paixões “elementos opostos e inibidores dos processos racionais” (QUEIROZ, 1999, p. 79).

Por *pathos* ou paixão entendem-se “as percepções, ou sentimentos, ou emoções da alma, que referimos particularmente a ela, e que são causadas, mantidas e fortalecidas por algum movimento dos espíritos” (DESCARTES, 1649/1979, p. 237). Queiroz (1999, p. 80) diz ainda que “as paixões da alma são as responsáveis pela vida intelectual irrefletida, sensível, submetida à mecânica dos corpos e elas exprimem os movimentos involuntários que não têm nada a ver com o conhecimento”.

O *pathos* carrega, etimologicamente, traços de passividade. Em outras palavras, do *pathos* deriva o sofrimento justamente pelo fato de que na paixão reside a passividade frente ao excesso que vem de fora e age sobre o sujeito, condenando-o à angústia. Nas palavras de Lebrun (2009, p. 13), “um ser autárquico não teria paixões”, de modo que “não existe paixão, no sentido mais amplo, senão onde houver mobilidade, imperfeição ontológica”. Neste sentido, Queiroz (1999, p. 80) afirma que:

As paixões não são só problemáticas para os filósofos; todas as sociedades, de um modo ou de outro, tentaram regular e controlar as paixões. Seus excessos levam o homem a um estado de desmesura, posição repreensível, geradora de mal-estar no homem e na cultura.

A racionalidade vista como virtuosidade faz com que a “interpretação que se dá, *a priori*, da paixão [seja] um obstáculo a ser transposto, uma força que deve ser vencida” (LEBRUN, 2009, p. 18). A ciência, ou *logos*, representaria uma espécie de mandamento que se dirige a todos, indistintamente, através de uma imposição tão poderosa que todos são vistos como, supostamente, capazes de compreendê-la por meio da razão.

Neste sentido, o conhecimento científico se consagra pela capacidade de identificar no homem suas fraquezas e, principalmente, por ser o mecanismo mais confiável para esconjura-lo de qualquer ameaça à manutenção da linearidade e previsão da vida.

4 A PSICOLOGIA E O PROBLEMA DA OBJETIVIDADE: IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS PARA A SUBJETIVIDADE MODERNA

Chegamos ao problema epistemológico implícito no termo objetividade já que tratar algo a partir dos moldes de uma concepção de objetividade científica passa primeiramente, segundo Japiassu (1975), pela escolha de um ponto de partida, ou seja, refere-se à adoção de uma tese idealista e abstrata. A contradição reside justamente aí, já que “a objetividade da ciência significa, antes de tudo, a intenção subjetiva do cientista, que se caracteriza pela busca de conhecimento” (p. 22). Acrescenta ainda o autor:

[...] o objeto real existe independentemente de nosso conhecimento, quer pensemos nele quer não. Contudo, a ciência não se interessa pelo objeto real em seu estado bruto. O objeto real só se torna objeto científico quando for retirado de seu estado "natural", vale dizer, quando for "construído", elaborado, pensado por uma teoria, ou seja, quando for enquadrado por um ponto de vista teórico. Em outras palavras, o simples "acontecer" só atinge o nível do conhecimento científico quando for reconstruído teoricamente. (JAPIASSU, 1975, p. 28)

Neste caso, a próxima exigência para que a ciência psicológica atingisse sua maioria seria o desenvolvimento de uma abordagem experimental. O foco passou a ser o “papel do observador humano e a natureza da observação para entender devidamente os resultados dos seus experimentos e as conclusões que tiravam sobre a natureza do mundo físico” (SCHULTZ; SCHULTZ, 2004, p. 56).

Assim, a Psicologia Moderna, enquanto projeto de ciência, estaria mais preocupada no desenvolvimento de métodos investigativos do que propriamente com as perguntas sobre a natureza humana. O exercício da cientificidade psicológica dependeria de sua capacidade em observar os fenômenos que compõem seu objeto de estudo, e, mais precisamente, de registrá-los. Pressupunha-se que esta metodologia pudesse ser desenvolvida sob os crivos da neutralidade, garantindo seu caráter científico. Todavia, não se pode desconsiderar a dissidência entre o objeto de estudo da ciência fisiológica e o sujeito da ciência psicológica.

A Psicologia estaria diante de seu grande dilema ao reproduzir “no plano teórico a ambiguidade da posição de seu objeto: o sujeito dominador e dominado; o indivíduo liberto e reprimido” (FIGUEIREDO, 2008, p. 26). Desta forma, a ciência psicológica assumiu funções sociais a partir da ciência moderna, ao adotar a

determinação como eixo de sua prática, evidenciando-se produto da modernidade tendenciosamente determinista.

O homem moderno tornou-se “o centro unificador da certeza, e é a partir daquilo que está no sujeito que se pode saber o que é conhecimento”, ou seja, o sujeito como princípio fundamental do saber veste-se do papel de dominador à medida que “assume a função ordenadora do conhecimento” (BRITO, 2012, p. 4).

Alertam Filho e Martins (2007, p. 14) que “tratar do nascimento de um sujeito nos domínios da psicologia implica falar da sua colocação como objeto para um discurso científico socialmente autorizado”, além disso, significa “enunciar verdades a respeito de instâncias psicológicas que compõem este sujeito”.

Ora, se a subjetividade é dotada da capacidade de revelar a intimidade do homem e estes conteúdos potencialmente podem destoar em relação daquilo que a Modernidade patrocinou como ideal, estaria contida nela o remédio e a doença do sujeito moderno. Por se tratar do conhecimento e, supostamente, o domínio de si, a subjetividade poderia ser vista como dispositivo de facilitação para hegemonia do homem racional. Porém, à medida que, por meio dela, o homem corre o risco de descobrir em si justamente aquilo que não controla e que involuntariamente o transforma, tende a ser vista como a principal via de vulnerabilidade do sujeito e ameaça ruir as estruturas do projeto moderno.

As ciências humanas, comprometidas com a hegemonia do sujeito do conhecimento, instauraram a cultura do conhece-te a ti mesmo que tem como uma de suas práticas a confissão. Para Foucault (1999, p. 61), esta trata-se de “[...] um ritual que se desenrola numa relação de poder”. Ela pressupõe a presença de um interlocutor que a requer e que “intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar. Um ritual onde a verdade é autenticada”, através da qual se é possível inocentar e purificar o sujeito, lhe garantindo a salvação.

Inicialmente ligada a conteúdos íntimos que só deveriam ser assumidos em confissão, a subjetividade em seu caráter particular cristão acabou por ditar as regras para aqueles conteúdos que só deveriam ser pensados perante Deus. Apenas no final do século XIX é que a subjetividade transcende seu sentido substancializado de interioridade e passa “a ser pensado em termos históricos, sociais e políticos” (FILHO; MARTINS, 2007, p. 16).

O entendimento de que há uma relação íntima e indissociável entre a tragédia da imprevisibilidade e da finitude da vida conduz o homem em direção à possibilidade de tornar-se dono de sua própria existência, por meio de sua liberdade (SILVA, 2011). Revela-se um modelo de relação homem-mundo que, apesar de não ser novo, exhibe novos instrumentais, dentre os quais está a ciência e sua gama de possibilidades.

A ciência-instrumento é muito mais que o conhecimento instrumentalizado. Configura-se instituição reguladora ao fornecer as verdades sobre a vida. Implica dizer que a emergência do saber psicológico desempenha uma importante função dentro da lógica imposta pela sociedade capitalista, com a justificativa de proteger o indivíduo e auxiliá-lo na manutenção de sua identidade.

Como ciência que busca compreender as características e traços desse eu interior, no contexto da modernidade, a Psicologia acabou por ser responsável pelo “esquadrinhamento constante de sua localização no tecido social” e neste processo contribuiu para a construção da “ideia de uma subjetividade privatizada, modelada de acordo com as novas exigências do poder capitalista” (NARDI; SILVA, 2004, p. 191).

Por ser a ciência que se ocupa daquilo que o homem tem de mais particular - a subjetividade - a Psicologia parece ter ganhado, nos dias atuais, *status* de manual da vida, principalmente nos discursos midiáticos que são pronunciados acerca do conhecimento psíquico.

Os livros de autoajuda são exemplo desta aparente função do saber *psi*. Segundo Oliveira (2004, p. 6), trata-se de uma produção editorial que nada mais é que um braço da indústria de serviços. Todavia, ao fazer “crer que o conforto psicológico é uma conquista a ser perseguida pelo sujeito avariado” as utopias psicológicas contidas nos livros de autoajuda e nos discursos midiáticos isolam “o elemento de mal-estar intrínseco à sociedade capitalista de tal forma a que se veja nele [homem] uma debilidade individual a ser resolvida subjetivamente”.

Para Bauman (1999), o homem moderno subverteu-se da utopia de felicidade eudaimônica e se viu diante da difícil missão de operacionalizar um modo de vida em meio à ordem e ao caos na medida em que se sabe livre de determinações e, por conseguinte, desamparado de certezas.

Na modernidade, não há líderes que conduzam e que amenizem o peso da responsabilidade pelas consequências de cada ato. “Há apenas outros indivíduos cujo exemplo seguir na condução das tarefas da própria vida, assumindo toda a responsabilidade pelas consequências de ter investido a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo” (BAUMAN, 2001, p. 38-39).

Para Silva (2012, p. 44), o problema que deriva da queda das intervenções institucionais tipicamente modernas é o fato de encontrarmos na contemporaneidade “uma forte tendência a diminuir o mundo da vida em um grande mercado de bens de consumo, retirando da interação homem-mundo a dimensão política inerente ao mesmo”.

O sujeito da modernidade – emancipado e sabidamente livre – rompeu com as delimitações da política que perderam gradativamente o caráter instrutivo. A missão de felicidade teria como percalço apenas a facticidade humana, ou seja, sua finitude. Deste modo, inaugurou-se também uma nova relação com o tempo. Relação esta

[...] que aponta para a necessidade de vivência integral do momento presente, visto que é irrepetível, torna urgente o aproveitamento máximo do tempo disponível, no sentido de preenchê-lo com acontecimentos e obras. Viver converte-se em utilizar o tempo disponível de forma a extrair dele em realizações o quanto seja possível. (VIEIRA, 2003, p. 95-96)

Em função do tempo e do seu aproveitamento máximo, as ações humanas voltaram-se à uma perspectiva quantitativa da vida. Houve, assim, o empobrecimento da existência, ao passo que esta permaneceu reduzida ao interesse individual. A busca por felicidade foi reduzida ao imediatismo e o interesse abstrato no futuro cedeu espaço aos interesses palpáveis. Isso implicou na perda do sentido de continuidade histórica e o senso de pertencimento, haja vista que viver para o momento presente tornou-se primazia (LASCH, 1983).

Diante as inseguranças que decorreram da liquidez contemporânea, o sujeito se apegou à necessidade de respostas imediatas, pretensamente exatas, a partir de interpretações racionais que pudessem conduzi-lo à conquista de certa estabilidade, o que confere uma demanda importante que vem sendo recebida pelos profissionais *psí* que atuam no contexto clínico.

Este fenômeno expressa uma dimensão do indivíduo que tenderá para uma nova forma de expressão societária. Para Teixeira (2006, p. 409):

[...] Do ponto de vista psicológico, salientam-se o predomínio da ideologia individualista e a chamada cultura do narcisismo que se associam facilmente a um agir autocentrado cuja finalidade é a valorização do Eu na satisfação imediata centrada em relações interpessoais utilitárias e que limitam a transcendência pessoal no compromisso profundo com os outros e consigo próprio nos projetos significativos a longo prazo [...].

Desta forma, refletir os efeitos das práticas psicológicas neste cenário pressupõe o entendimento de que o homem da Psicologia é, em primeiro lugar, “constituído por uma subjetividade individualizada e única” (COSTA, 2011, p. 48). O paradoxo dessa afirmação está em uma crença subjacente na potencialidade do homem. De uma ciência que se dedica à busca pela unicidade a ser valorizada ao mesmo tempo em que determina aquilo que tem valor. Logo, o debate sobre os efeitos que as práticas psicológicas incidem sobre subjetividade contemporânea diz respeito ao fato desta ter originalmente se sustentado na presunção de que todos são, por natureza, senhores de si no comando das peculiaridades pessoais.

Podemos dizer que a Psicologia se dispôs de um sujeito idealizado, que emergiu para atender à demanda moderna de exaltação da subjetividade. Logo, a ciência psicológica se viu em crise diante das noções de sujeito/indivíduo, autonomia/heteronomia, autenticidade/inautenticidade e independência/dependência, moralidade/amoralidade, revelando uma visão reducionista, principalmente em relação a complexidade às quais está imerso o homem contemporâneo.

De forma geral, a ciência psicológica tornou-se um dos veículos de busca pela normalidade. Toma-se o homem como a fonte inesgotável de soluções para os próprios problemas, necessitando apenas de um saber que o conduza ao aprimoramento daquilo que lhe é inerente. A partir do momento em que o sofrimento é atribuído ao indivíduo, o homem que sofre é tomado como inadequado e deverá submeter-se aos tratamentos existentes.

Neste aspecto, a Psicologia manifesta seu caráter ideológico ao impedir que “os conflitos sociais possam ser vistos como origem do sofrimento” (CROCHIK, 1998, p. 2). Ao mesmo tempo, como argumenta Baró (1996), implícita a este processo de pessoalização do patológico está certa naturalização do contexto social, sendo que este aparece enquanto objetividade inquestionável que deverá ser superada pelo indivíduo.

Por fim, como bem salientam Nardi e Silva (2004, p. 195), a Psicologia Moderna buscou “produzir um novo tipo de assujeitamento: não se trata mais de um molde forjado a partir do exterior, mas de uma modelagem que se produz do interior”. Logo, ela “reforça a ideia segundo a qual só resta ao indivíduo se adaptar às novas exigências produzidas pelas constantes transformações das regras impostas pela dinâmica do capitalismo”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande paradoxo da Psicologia está relacionado à complexidade de seu objeto, elemento que o modelo clássico de ciência manteve em segundo plano. A contemporaneidade revela uma ciência psicológica que se encontra, de modo hegemônico, circunscrita em um projeto científico limitado. Apesar de nosso tempo demonstrar indícios de superação desse traço - em especial pelo repensar dos critérios demarcadores da ciência -, ainda nos mostra um campo psicológico que parece estar restrito em suas possibilidades de investigação em função da necessidade de materialidade de resultados derivados de suas práticas.

Isso dito, podemos afirmar que não bastou para a Psicologia ser reconhecida como a ciência da subjetividade. As práticas psicológicas ganharam uma suposta fidedignidade e emanciparam-se de outras áreas do saber, constituindo um campo do conhecimento independente a partir do momento em que esta subjetividade pudesse ser sistematizada e supostamente definida a partir de parâmetros metodológicos cientificamente validados.

Porém, há uma linha tênue entre a busca por indicativos que ilustrem o que a subjetividade pode ser e práticas de engessamento que delimitem formas específicas de como ela é. Encontrar respostas em Psicologia é mais que alcançar o *status* de ciência, é também a maneira mais segura de legitimar-se a única capaz de encontrar as respostas alusivas à subjetividade.

A ciência psicológica se distanciou do homem (entendido enquanto ser que não pode ser reduzido a uma lógica linear no que tange à sua compreensão), na mesma proporção em que empenhou esforços para conhecê-lo. Em sua busca desenfreada por legitimidade ao *status* de ciência, corroborou para que a complexidade formativa fosse colocada em segundo plano. Assim, a consolidação

do saber psicológico desempenhou importante função dentro da lógica moderna de racionalização. No desenvolvimento de sua práxis a Psicologia tornou-se um meio de descobrir verdades sobre o homem e seus modos de conduta.

Essa Psicologia que aparece relacionada a uma série de questões de ordem social, instrumentalizando relações e se ocupando daquilo que o homem tem de mais particular, quando restrita aos paradigmas científicos modernos tende a reverberar a ideia de que a vida é previsível e, conseqüentemente, que existe um padrão ideal de sujeito.

Assim, ela acaba constituindo um modo operante, um modelo, um tipo. As práticas *psi* se formatam a partir desse processo de relação com o homem, que, por sua vez, o constitui enquanto ser sujeito às nomenclaturas, descrições e explicações disseminadas pelas diferenças correntes da Psicologia. Temos, então, uma prática psicológica que acaba se configurando como prática de disciplinamento e controle de sujeitos que tem como um de seus efeitos o seu engessamento em função da limitação à qual os diferentes agentes encontram-se submetidos.

Gostaríamos apenas de promover uma reflexão no sentido de pensar que tais moldes não ficaram restritos àquele momento histórico da constituição e ascensão da Psicologia enquanto ciência, mas continuam presente até os dias de hoje nas práticas *psi*. Nesse aspecto, ultrapassar essa tendência moderna exige da Psicologia a sua conformação quanto à incompletude de seu saber, o que a tem levado ao enfrentamento das suas limitações enquanto campo do conhecimento, forçando-a, de certo modo, a construir novas concepções para a sua constituição e reconhecimento como ciência.

Acreditamos que não possa existir ciência psicológica sem o conhecimento histórico, filosófico e antropológico do homem, o que confere à Psicologia a necessidade de desenvolvimento de estratégias interdisciplinares, o que vem sendo colocado em marcha a partir das demandas encaminhadas aos profissionais e pesquisadores *psi* contexto atual. A junção destes saberes parece-nos alternativa à consolidação de uma Psicologia mais abrangente, que contemple os diferentes sujeitos em sua imprevisibilidade, inconstância e imprecisão.

Isso implica um campo psicológico que leve em consideração aquilo que não se pode mensurar e/ou definir por completo. Exige práticas que sejam capazes de se reinventar continuamente, o que, por sua vez, constituem novos modos de fazer

ciência que possam ser tomadas pela sua incapacidade de totalização do homem, potencializando, assim, diferentes formas de compreensão das expressões de sua subjetividade.

CONSIDERATIONS ON THE CONSTITUTION OF PSYCHOLOGICAL SCIENCE AND ITS IMPLICATIONS FOR SUBJECTIVITY IN CONTEMPORARY TIMES

Abstract:

This paper aims to travel historically through the path of consolidation on the Scientific Psychology. Starting from the Cartesian system when the Modern Age began, we can observe the establishment of modern regulations, which later were radicalized by the Sciences, including Psychology, by establishing a disciplinarian character in their praxis. Through this paper, the scientific objectivity for the operationalization of the scientific psychology and its ethical-political implications are discussed, seeking to understand how Psychology designed the subjectivity looking for scientific legitimacy and the implications of this tendency in contemporary subjectivity. As a result, the contemporary times reveal a psychological science still limited to an outdated scientific project, which limits its possibilities of intervention to a materiality of practices and results, and causes the object that it investigates to become a product of this same science.

Keywords: Scientific Psychology. Modernity. Contemporary Subjectivity.

CONSIDERACIONES SOBRE LA CONSTITUCIÓN DE LA CIENCIA PSICOLÓGICA Y SUS IMPLICACIONES PARA LA SUBJETIVIDAD EN LA CONTEMPORANEIDAD

Resumen:

El presente artículo tiene por objetivo recorrer históricamente el camino de la consolidación de la Psicología Científica. Partiendo de la sistemática cartesiana, en el momento de la inauguración de la Edad Moderna, en que se observa la instauración de las normativas modernas que, más tarde, fueron radicalizadas por las ciencias, incluso por la Psicología, estableciendo un carácter disciplinador en sus praxis. A lo largo del texto, es debatido el problema de la objetividad científica para la operacionalización de la ciencia psicológica, y sus implicaciones ético-políticas, buscando comprender la manera por la cual la Psicología delineó la subjetividad en función de su anhelo por legitimidad científica y las implicaciones de esta tendencia en la subjetividad contemporánea. Como resultado, la contemporaneidad revela una ciencia psicológica aún circunscrita en un proyecto científico desfasado, que restringe sus posibilidades de intervención a la materialidad de prácticas y resultados, y hace con que el objeto a ser investigado torne producto de esta misma ciencia.

Palabras clave: Psicología Científica. Modernidad. Subjetividad Contemporánea.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. B. O projeto epistemológico cartesiano. **Kinesis**, v.1, n. 1, p. 133-149, Marília, 2009.

BARÓ, M. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRITO, M. R. Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a ideia de subjetividade desterritorializada. **Alegrar**, n. 09, p. 1-27, 2012.

CASTAÑON, G. A. Psicologia como Ciência Moderna: vetos históricos e status atual. **Temas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 21-36, 2009.

COSTA, L. A.; FONSECA, T. M. G. Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade. **Revista Interamericana de Psicología**, v. 42, n. 3, p. 513-519, 2008.

COSTA, J. P. B. **O individualismo e a clínica psicológica**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde UniCEUB. Brasília-DF, 2011.

COSTA, P. V. R. O projeto do homem cartesiano como fundamento da prática psicológica contemporânea. **Revista Polêmica**, v. 13, n. 1, p. 954-979, 2014.

CROCHIK, J. L. Os desafios atuais do Estudo da Subjetividade na Psicologia. **Psicologia da USP**, v. 8, n. 2, p. 69-85, 1998.

DESCARTES, R. **As paixões da alma**. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Texto originalmente publicado em 1637. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FILHO, K. P.; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 14-19, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

LASCH, C. **A Cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

LEBRUN, G. O conceito de paixão. In: A. Novaes (org). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 12-32.

MARTINS, R. A. O que é ciência, do ponto de vista da epistemologia? **Caderno de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, n. 9, p. 5-20, 1999.

MOREIRA, A. G.; SILVEIRA, H. M. M. L. Teorias da subjetividade: convergências e contradições. **Revista ContraPonto**, v. 1, n. 1, p. 58-69, 2011.

NARDI, H. C.; SILVA, R. N. A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. **Revista Educação e Realidade**, v. 29, n. 1, p. 187-198, 2004.

OLIVEIRA, A. **Sobre a moda sociológica**: reflexividade, intimidade e mercadoria. Anais IV Colóquio Marx e Engels Unicamp, 2004.

QUEIROZ, E. F. Do pathos do teatro grego à paixão da contemporaneidade. **Revista Symposium**, n. 3, p. 79-85, 1999.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVA, R. B. O individualismo como estratégia de cuidado de si na sociedade de consumo. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 1, n. 1, p. 20-33, 2011.

SILVA, R. B. Notas para o diagnóstico da sociedade contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 136, p. 10-17, 2012.

TEIXEIRA, J. A. C. Problemas psicopatológicos contemporâneos: uma perspectiva existencial. **Análise Psicológica**, v. 24, n. 3, p. 405-413, 2006.

VIEIRA, C. R. A. **Individualismo e sociedade**. In: VII Simpósio Internacional de Processo Civilizador UNIMEP, v. 1, Piracicaba, 2003.

Artigo:

Recebido em 05 de Junho de 2016.

Aceito em 30 de Outubro de 2016.